



Cidadãs e cidadãos Lacobrigenses

Hoje evocamos o 25 de Abril num contexto inédito e esperamos que não se venha a repetir no futuro. Um contexto em que um vírus silencioso, desconhecido e imprevisível nos obrigou a viver em Estado de Emergência pela primeira vez na vigência da nossa Constituição.

Apesar de termos alguns direitos restringidos, como a liberdade de movimentos, continuamos a viver e a usufruir da democracia e a liberdade de expressão que Abril nos deu. Continuamos a fazer funcionar os órgãos do poder local, que, de resto, têm dado respostas de proximidade no combate à Covid-19 e aos seus impactos.

O 25 de Abril de 1974 e a Constituição de 1976 deram-nos uma democracia pluralista, a paz, a liberdade de expressão, um estado social com acesso igualitário e universal à educação, à saúde e à segurança social, o direito ao trabalho com segurança no emprego e salário digno, a igualdade de género, o direito à cultura, o direito à habitação e o direito a um ambiente sadio. Também nos deram um poder local democrático e autónomo do poder central, que substituiu as anteriores estruturas autoritárias ao serviço da ditadura, em que a simples ideia de oposição era proibida.

Todas estas conquistas só foram possíveis graças à participação cívica dos portugueses e à capacidade de gerar consensos entre forças políticas diferentes e com diferentes projectos políticos para o país.

O combate pela saúde pública coloca-nos à prova, tal como sucedeu em 1974. Num contexto em que temos de combater pela contenção do crescimento do número de pessoas infetadas no nosso país, vemos a cada dia crescer a incerteza sobre o que virá a seguir: a vulnerabilidade aumenta, com milhares de pessoas que são colocadas em lay-off, milhares de micro, pequenas e médias empresas são forçadas a encerrar e milhares de profissionais do sector da cultura ou do emprego informal que não têm qualquer apoio no atual contexto. No horizonte temos, pois, uma das maiores recessões da nossa democracia e uma grave crise social.

Neste momento, tal como em 1974, somos convocados a colocar de lado as nossas diferenças e a ser capazes de construir pontes que possibilitem as mudanças sociais, económicas e ambientais necessárias para o país e para o município.

A primeira das grandes prioridades passa por garantir que, no plano social, ninguém é esquecido. Cabe ao município atuar ou exigir a atuação do poder central para que:

- nenhuma criança deixe de ter acesso ao direito à educação por não ter equipamento informático;
- nenhuma pessoa idosa sinta que está só no mundo;
- nenhum jovem tenha de sentir que o seu país não tem lugar para si;
- nenhum cidadão tenha de abusar de psicofármacos por falta de acompanhamento psicológico;
- nenhuma família tenha de sair do concelho onde sempre viveu por falta de habitação acessível;
- nenhum animal fique sem cuidados por falta de apoios às famílias nesse sentido.

É preciso que fique claro para todas as forças políticas que a solução para o pós-covid-19 não pode ser a da austeridade. É tempo de repensar os modelos económicos e do desenvolvimento social, se vamos continuar a apostar num modelo económico extractivista e produtivista e consumista, assente na destruição de habitats e na perda de biodiversidade. No contexto desta crise que tanto mudou a nossa vida, não podemos deixar de expressar a nossa preocupação que possa surgir a tentação de relegar para segundo plano as questões ambientais no pós crise Covid-19. O caminho não pode ser esse. As doenças provenientes de contacto zoológico estão a aumentar devido à perda de habitats e da biodiversidade e da forma como olhamos o ambiente.

O mundo enfrenta novos desafios e não podemos enfrentar os novos desafios com as políticas de sempre.

Viva a democracia!